

EDUCAÇÃO, ENVELHECIMENTO E SAÚDE: INTERSECÇÕES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

THICIANE VANESSA HOLANDA LINS, Universidade São Judas Tadeu

DANTE OGASSAVARA, Universidade São Judas Tadeu

JENIFFER FERREIRA COSTA, Universidade São Judas Tadeu

THAIS DA SILVA FERREIRA, Universidade São Judas Tadeu

JOSÉ MARIA MONTIEL, Universidade São Judas Tadeu

RESUMO

O envelhecimento populacional ocasiona desafios distintos, incluindo as questões envolvidas na inclusão educacional das pessoas idosas, destacando-se, nesse cenário, a Educação de Jovens e Adultos como forma de oferecer oportunidades de escolarização para esses indivíduos e outros que não concluíram o período escolar anteriormente. Com isso, o presente ensaio objetivou discutir os benefícios que a educação formal pode proporcionar às pessoas idosas, com enfoque na Educação de Jovens e Adultos. O acesso contínuo à educação, a adaptação a novas tecnologias e o incentivo à participação social das pessoas idosas demandam medidas que envolvem aspectos de bem-estar e inclusão. Salienta-se que visões negativas sobre a velhice, associadas à desigualdade socioeconômica persistente no cenário brasileiro, tornam o envelhecimento mais vulnerável. Conclui-se, portanto, que discutir questões do envelhecimento humano é uma prática que pode auxiliar o desenvolvimento de novos modelos pragmáticos direcionados ao atendimento das demandas das pessoas idosas. Especificamente, a promoção da educação e da aprendizagem ao longo da vida pode ocasionar benefícios variados aos indivíduos.

Palavras-chave: Educação de Jovens; Adultos e Idosos; Saúde; Desenvolvimento Pessoal; Envelhecimento.

EDUCATION, AGING, AND HEALTH: INTERSECTIONS IN ADULT EDUCATION

ABSTRACT

Population aging presents distinct challenges, including the issues related to the educational inclusion of older adults. In this context, Youth and Adult Education (EJA) stands out as a means of offering educational opportunities to these individuals, as well as to others who have not completed their schooling in the past. This essay aims to discuss the benefits that formal education can provide to older adults, with a focus on Youth and Adult Education. Continuous access to education, adaptation to new technologies, and encouragement of social participation among older adults require measures that address aspects of well-being and inclusion. It is important to highlight those negative perceptions of aging, coupled with persistent socioeconomic inequality in the Brazilian context, make aging more vulnerable. In conclusion, discussing aging issues is a practice that can help develop new pragmatic models aimed at addressing the needs of older adults. Specifically, promoting education and lifelong learning can bring a variety of benefits to individuals.

Keywords: Youth and Adult Education; Health; Personal Development; Aging.

EDUCACIÓN, ENVEJECIMIENTO Y SALUD: INTERSECCIONES EN LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS

RESUMEN

El envejecimiento poblacional presenta desafíos distintos, incluyendo las cuestiones relacionadas con la inclusión educativa de las personas mayores, destacándose en este contexto la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) como una forma de ofrecer oportunidades de escolarización a estos individuos y a otros que no han completado su educación previamente. Este ensayo tiene como objetivo discutir los beneficios que la educación formal puede proporcionar a las personas mayores, con un enfoque en la Educación de Jóvenes y Adultos. El acceso continuo a la educación, la adaptación a nuevas tecnologías y el fomento a la participación social de las personas mayores requieren medidas que aborden aspectos de bienestar e inclusión. Se destaca que las percepciones negativas sobre la vejez, asociadas con la desigualdad socioeconómica persistente en el contexto brasileño, hacen que el envejecimiento sea más vulnerable. En conclusión, se afirma que discutir las cuestiones relacionadas con el envejecimiento humano es una práctica que puede contribuir al desarrollo de nuevos modelos pragmáticos dirigidos a atender las necesidades de las personas mayores. Específicamente, la promoción de la educación y el aprendizaje a lo largo de la vida puede generar una variedad de beneficios para los individuos.

Palabras clave: Educación de Jóvenes; Adultos y Mayores; Salud; Desarrollo Personal; Envejecimiento.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é uma realidade que traz desafios significativos para os governos e para a sociedade como um todo, exigindo reflexões profundas sobre o papel social e a participação ativa das pessoas idosas. Cerca de 16% das pessoas com mais de 60 anos são analfabetas, e 69,6% não completaram o ensino fundamental, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Esse baixo nível de escolaridade entre a população idosa reflete as dificuldades que muitos enfrentaram para ingressar e permanecer no sistema educacional brasileiro.

A população idosa, agora mais presente nos espaços educativos, busca conquistar um lugar que antes lhe era negado, como o acesso à educação básica, devido a questões culturais e até mesmo a restrições impostas pelos afazeres domésticos ou pelos cuidados com a família (Reis, 2018). De maneira geral, essa população apresenta nível de escolaridade inferior ao das gerações mais jovens, com um número considerável de pessoas analfabetas e de indivíduos que enfrentam dificuldades em leitura e escrita.

Indica-se que a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) é garantida constitucionalmente (Brasil, 1988), sendo voltada para assegurar a educação básica a populações de faixas etárias variadas, de forma inclusiva e em diferentes períodos do dia. Além disso, é possível ressaltar que sua principal característica é proporcionar escolarização a pessoas que, ao longo de suas vidas, deixaram ou se distanciaram do contexto escolar e que, em um novo momento e fase da vida, decidiram retornar aos estudos (Fantinato et al., 2020). No que diz respeito à educação, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) adota uma perspectiva abrangente, afirmando que a educação ao longo da vida é fundamental para o desenvolvimento integral do ser humano. Isso implica que o aprendizado contínuo deve incluir todas as faixas etárias, abrangendo tanto adultos quanto idosos (Anica et al., 2014).

Frente às prerrogativas da aprendizagem ao longo da vida e da Educação de Jovens e Adultos, partiu-se do seguinte problema de pesquisa: “Quais são as contribuições da Educação de Jovens e Adultos para o curso de vida dos indivíduos?”. Nesse contexto, discutiu-se a importância da EJA para o desenvolvimento da pessoa idosa, com o objetivo de analisar os benefícios proporcionados pela educação formal para pessoas idosas, mais especificamente por meio da Educação de Jovens e Adultos.

CONTEXTOS PARA O ENVELHECER

Para que sejam oferecidas boas condições de envelhecimento, é fundamental assegurar o acesso das pessoas idosas à educação contínua ao longo da vida, bem como proporcionar o aprendizado de novas tecnologias e incentivar sua participação social, mantendo o contato intergeracional e a manifestação cultural (Serra & Furtado, 2016). É oportuno mencionar a proposta de envelhecimento ativo da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) como um modelo de estilo de vida pautado na promoção da saúde, segurança e participação social, pilares fundamentais para a manutenção do bem-estar ao longo da vida, impulsionados por oportunidades de aprendizagem.

O desafio de promover um envelhecimento saudável e a reintegração social das pessoas idosas é ampliado por perspectivas pejorativas acerca do envelhecer e da pessoa idosa, associadas à visão de obsolescência que permeia a estrutura mercadológica na qual essa população está historicamente situada. Essa mentalidade contribui para o aumento do número de pessoas idosas fragilizadas e acometidas por diversas comorbidades. Além disso, a desigualdade no Brasil intensifica essa questão, já que o

Sistema Único de Saúde (SUS) assume frequentemente a responsabilidade por demandas decorrentes de um envelhecimento inadequado e precário (Moura et al., 2023).

O envelhecimento é um processo natural, marcado por alterações no desempenho de diferentes funções individuais e pela transformação de algumas condições da vivência cotidiana. Nesse sentido, destaca-se que a dimensão biológica do envelhecimento é caracterizada por declínios no funcionamento metabólico, os quais tendem a promover a redução da funcionalidade dos indivíduos (Ferreira-Costa et al., 2024). Por sua vez, a dimensão psicológica do envelhecimento é influenciada por fenômenos de ordem biológica, sendo esperado algum declínio cognitivo. Contudo, o envelhecimento psicológico também remete ao refinamento de habilidades, conhecimentos e competências, haja vista a natureza cumulativa do conhecimento, proporcionando, assim, condições mais favoráveis para o comportamento resiliente (Ogassavara et al., 2023). Já as expressões sociais do envelhecimento referem-se à transformação dos papéis sociais ocupados e aos novos enquadramentos em que esses papéis estão inseridos na velhice, valendo explicitar a vulnerabilidade associada ao envelhecer, uma vez que as pessoas idosas estão sujeitas ao acometimento por atribuições culturais idadistas (Silva-Ferreira et al., 2023).

Ao considerar as diferentes dimensões do envelhecimento, pode-se afirmar que esse processo natural contribui para a formação de conjunturas vulneráveis, tendo como componentes a maior fragilidade, a tendência ao desenvolvimento de algum grau de dependência funcional e a inserção em contextos com repertório de alternativas precarizado (Cabral et al., 2019). Tendo em vista a vulnerabilidade formada, reconhece-se a demanda por tratativas voltadas a mitigar os riscos de abuso e sofrimento, sobretudo quando o indivíduo se encontra em faixas etárias mais avançadas entre a população idosa (Ikegami et al., 2020).

EDUCAÇÃO E ENVELHECIMENTO

Sob a premissa de capacitar os indivíduos e amenizar a vulnerabilidade social associada ao envelhecimento, podem-se considerar as propostas de educação voltadas à saúde como estratégias para a aquisição de conhecimentos e o refinamento de competências acumuladas, a fim de acessar, compreender e avaliar informações e serviços relacionados à manutenção e à promoção da saúde (OMS, 2021). Nesse contexto, destaca-se a prerrogativa da educação como fator que fortalece a autonomia e

a independência no envelhecimento. De acordo com Reis et al. (2018), as pessoas idosas que ingressam em ambientes acadêmicos encontram novas oportunidades e perspectivas de futuro, vendo nesse espaço a chance de concretizar sonhos e adquirir novos conhecimentos. Porém, esse caminho não é isento de desafios, já que muitos enfrentam barreiras sociais, como o etarismo e a falta de preparo dos docentes para lidar com as particularidades do processo de aprendizagem na fase madura.

O Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2003), em seu art. 21, alterado pela Lei n.º 14.423, de 2022, assegura o direito à educação para essa faixa etária, estabelecendo a necessidade de adequar currículos, metodologias e materiais didáticos aos programas educacionais voltados às pessoas idosas. Essa legislação destaca a importância de adaptar o ensino às especificidades e necessidades desse público, considerando sua experiência de vida, suas habilidades cognitivas e suas características individuais.

O direito à educação, fundamental para a construção da cidadania, tem sido constantemente abordado em diversos eventos com o objetivo de avaliar os progressos alcançados na aprendizagem e na educação de adultos, garantindo que jovens, adultos e pessoas idosas possam exercer plenamente esse direito. Apesar da conquista do direito de acesso à educação, os desafios ainda persistem. Para que uma educação inclusiva e de qualidade seja realmente implementada, é essencial que a EJA seja valorizada nos espaços públicos, consolidando as propostas de acesso, permanência e conclusão da escolarização das pessoas idosas, garantindo, acima de tudo, o direito de continuar aprendendo ao longo da vida (Serra & Furtado, 2016).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino voltada para aqueles que, por diferentes razões, não tiveram acesso à escola na idade adequada ou precisaram interromper seus estudos ao longo da vida (Brasil, 2023). A modalidade foi criada para substituir o antigo supletivo, oferecendo uma oportunidade para que jovens e adultos retomem seus estudos. Além de contribuir para a formação pessoal de cada indivíduo, a EJA também abre novas oportunidades no campo profissional (Fernandes & Contiero, 2021). A EJA é ofertada para indivíduos a partir de 15 anos na modalidade Ensino Fundamental, voltada a jovens e adultos que não completaram a etapa entre o 1º e o 9º ano. Já a modalidade Ensino Médio é voltada a indivíduos que não concluíram essa etapa na idade adequada, sendo exigida idade mínima de 18 anos. Complementarmente, aponta-se que as matérias lecionadas são as tradicionais do ensino regular, seguindo o currículo nacional comum (Brasil, 1996).

Há de se problematizar alguns usos da EJA por seus usuários. Di Pierro et al. (2001) observam que essa política pública foi criada para adultos que tiveram o acesso à educação negado devido a adversidades circunstanciais. No entanto, indivíduos mais jovens utilizam frequentemente a EJA como recurso para acelerar seus estudos, compensando um baixo desempenho escolar, como é o caso de um jovem de 18 anos que cursa o primeiro ano do ensino médio. Em outra perspectiva, destacam-se os apontamentos de Fantinato, Freitas e Moura Dias (2020), que afirmam que a EJA pode cumprir diferentes papéis na sociedade, além das conjunturas educacionais, especialmente aquelas atreladas aos processos de desenvolvimento humano. Esses processos podem propiciar maior inserção em diferentes contextos e facilitar as relações das pessoas com diversas circunstâncias de suas vidas.

Choi e Cho (2021) retrataram a motivação de pessoas idosas da Coreia do Sul para participarem de escolas noturnas, que se assemelham às propostas brasileiras de EJA. Ao analisar a experiência de aprendizagem ao longo da vida desses indivíduos, evidenciou-se que os participantes relataram níveis elevados de bem-estar, marcados pela superação de crenças individuais de inferioridade. Além disso, indicou-se que esse estigma pode ter sido formado pelas condições precárias vivenciadas na história de vida de cada um, e que essa oportunidade na fase avançada do desenvolvimento favorece o crescimento emocional dos indivíduos e subsidia a ambição de alcançar graus ainda mais elevados de escolaridade. Assim, ao considerar as observações dos autores, é válido afirmar que a educação de jovens e adultos pode apresentar valor terapêutico para os indivíduos, contribuindo para a flexibilização de crenças limitantes e promovendo a saúde mental e o bem-estar. Como afirmado por Beisiegel (1996), é reconhecida pelas autoridades a necessidade de estender o ensino fundamental a todos. No entanto, diante dos desafios educacionais emergentes, prioriza-se a educação infantil, o que poderá promover a eliminação do analfabetismo na população adulta no futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir as condições para o envelhecimento humano em nível coletivo é uma prática essencial para desenvolver novos modelos pragmáticos que aprimorem os quadros sanitários e assistenciais, preparando os meios sociais para atender às demandas emergentes relacionadas ao envelhecimento populacional. Nesse contexto, é fundamental manter a vigilância sobre os determinantes sociais de saúde que

influenciam o envelhecimento da população nas comunidades, identificando tanto as potencialidades quanto os obstáculos presentes.

Ao abordar os fenômenos associados ao envelhecimento, destacou-se a vulnerabilidade condicionada por esse processo natural e pelas influências sociais que o acompanham. Dessa forma, ressaltou-se a necessidade de oferecer alternativas para enfrentar as manifestações biológicas do envelhecimento e seus desdobramentos, buscando mitigar os riscos de comprometimento associados e promover a qualidade de vida das pessoas.

Quanto aos benefícios da educação para a trajetória de vida dos indivíduos, ficou evidente que a aprendizagem ao longo da vida gera benefícios diversos para a integridade das pessoas, tanto direta quanto indiretamente. Assim, a educação, em suas diferentes modalidades, visa à elevação da autonomia e da independência, além de desempenhar papel fundamental na capacitação e na atualização profissional.

REFERÊNCIAS

- Anica, A., Fragoso, A., Ribeiro, C., & de Sousa, C. (2014). *Envelhecimento ativo e educação*. Universidade do Algarve.
- Beisiegel, C. D. R. (1996). Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos. *Revista Brasileira de Educação*, (04), 26-34.
- Brasil (1988). *Constituição da república federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal.
- Brasil (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Recuperado em: <https://maua.br/files/102016/lei-9-394-20-dezembro-1996-101555.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.
- Brasil (2003). Lei nº 10.741, de 1º outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 15 jan. 2024.
- Cabral, J. F., Silva, A. M. C. D., Mattos, I. E., Neves, Á. D. Q., Luz, L. L., Ferreira, D. B., ... & Carmo, C. N. D. (2019). Vulnerability and associated factors among older people using the Family Health Strategy. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 3227-3236.
- Choi, I., & Cho, S. R. (2021). A case study of active aging through lifelong learning: psychosocial interpretation of older adult participation in evening schools in Korea. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(17), 9232.

- Di Pierro, M. C., Joia, O., & Ribeiro, V. (2001). Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. *Cadernos Cedes*, 21, 58-77.
- Fantinato, M. C., Freitas, A. V., & de Moura Dias, J. C. (2020). " Não olha para a cara da gente": ensino remoto na EJA e processos de invisibilização em contexto de pandemia. *Revista Latinoamericana de Etnomatemática*, 13(1), 104-124.
- Fernandes, G. P. & Contiero, L. (2021) Educação de idosos: um novo olhar sobre EJA. In *Anais III CONEDU – Congresso Nacional de Educação*. Natal, RN, Brasil.
- Ferreira-Costa, J., de Carvalho, A. A., Ogassavara, D., da Silva-Ferreira, T., & Montiel, J. M. (2024). Fronteiras entre a saúde e a doença no envelhecimento: o papel do suporte social. *Caleidoscópio*, 16(1), 1-6.
- Ikegami, É. M., Souza, L. A., Tavares, D. M. D. S., & Rodrigues, L. R. (2020). Functional capacity and physical performance of community-dwelling elderly: a longitudinal study. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25, 1083–1090.
- Instituto brasileiro de geografia e estatística [IBGE] (2022). Conheça o Brasil – população. Educa. Rio de Janeiro. Recuperado em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em: 07 dez. 2023.
- Moura, R. F., Cesar, C. L. G., Goldbaum, M., Okamura, M. N., & Antunes, J. L. F. (2023). Fatores associados às desigualdades das condições sociais na saúde de idosos brancos, pardos e pretos na cidade de São Paulo, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 28, 897-907.
- Ogassavara, D., Aluani, E. P., Bastos, M. F., & Montiel, J. M. (2023). Envelhecimento e resiliência: conceitos, incursões e desenvolvimento subjetivo. *Revista Brasileira Multidisciplinar*, 26(3), 92-104.
- Organização Mundial da Saúde (2002). *Active Ageing: A policy framework*. Genebra: World Health Organization. Recuperado em: <http://www.who.int/hpr/>.
- Organização Mundial da Saúde (2021). *Health Promotion Glossary of Terms 2021*. Genebra: World Health Organization.
- Reis, S. M. A. D. O., Meira, A. M. T., & Moitinho, C. R. (2018). História de vida de idosos no Ensino Superior: percursos inesperados de longevidade escolar. *Revista Exitus*, 8(3), 340-369.
- Serra, D. C., & Furtado, E. D. P. (2016). Os idosos na EJA: uma política de Educação inclusiva. *Olhar de professor*, 19(2), 149-161.
- Silva-Ferreira, T., Ferreira-Costa, J., Ogassavara, D., & Montiel, J. M. (2023). Interdisciplinaridade e Envelhecimento: Premissas, Conceitos e Indagações. *Interfaces Científicas-Humanas e Sociais*, 10(1), 572-583.